

## **O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA INDÍGENA: O FENÔMENO DA MONOTONGAÇÃO COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TAPUIA<sup>1</sup>**

**Israel Elias TRINDADE**  
**Universidade Federal de Goiás**  
**israeltrindade@gmail.com**

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir resultados de uma pesquisa sociolinguística realizada com os índios Tapuio do aldeamento Carretão, localizado ao norte de Goiás, e discutir a relação entre o fenômeno fonológico da monotongação e a construção de identidade linguística. Os tapuio são, atualmente, o maior dos três grupos indígenas de Goiás e, historicamente, vítimas da política de aldeamento, são frutos de miscigenação entre cinco outros grupos, além de negros e brancos. Também por questões históricas, sociais e diglósicas, assumiram o português como língua materna. O resultado foi a formação de um povo indígena falante de português, o que tem sido alvo de desconfiança entre não-índios. Investigar a construção da identidade indígena pelos vieses do português foi a propulsão desta pesquisa. O estudo utilizou como pressuposto metodológico a sociolinguística interacionista, elaborado a partir dos métodos da análise das redes sociais. Analisamos a ocorrência do fenômeno em relação às pressões normativas (densidade, multiplicidade e complexidade dos papéis sociais). Nossos resultados revelaram processo de consenso entre os falantes da comunidade, deste português como elemento de identidade linguística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Português Tapuio; Monotongação; Políticas linguísticas e Identidade linguística.

### **1- A proposta do trabalho<sup>2</sup>**

Neste artigo, partindo da necessidade de reconhecimento da língua portuguesa com status de língua indígena, defendemos a proposta de que essa língua, uma vez estudada, seja nomeada, respeitada e reconhecida pela comunidade científica como parâmetro norteador de políticas linguísticas.

Em favor de uma visão linguística homogeneizante, fundamentada na ideal de nação/língua nacional, percebe-se, nas mais diversas instâncias da sociedade, uma tendência em impor a imagem do Brasil como país monolíngue. Os discursos não sustentam apenas a imposição de um português padrão, mas, além disso, apagam marcas de existência de quaisquer outras línguas faladas no Brasil. Que línguas são faladas em nosso país? O português. E a resposta fica por aí. Línguas indígenas e de imigrantes não são consideradas e isso pode ser comprovado por meio do desconhecimento de boa parte dos brasileiros das mais de 200 línguas faladas no Brasil.

---

<sup>1</sup> Agradeço a Profa. Dra. Maria do Socorro Pimentel da Silva, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, pela amizade e pelas valiosas orientações. Estendo também meus agradecimentos aos professores indígenas Tapuio que colaboraram com esta pesquisa.

<sup>2</sup> Outras informações, consultar TRINDADE (2009)

Entretanto, também não se pode ignorar, por outro lado, os esforços de pesquisadores das Ciências Humanas e da lingüística em ressaltar a riqueza da diversidade cultural e lingüística brasileira. Esses trabalhos têm nos apresentado importantes questionamentos acerca do que é ser índio e o que é ser falante de uma língua indígena. Têm, portanto, contribuído decisivamente na reconhecimento do pluralismo cultural brasileiro. O Estatuto do índio (Lei 6.001 de 19/12/73)<sup>3</sup> é um desses ganhos. Ao estabelecer que as populações indígenas têm direito a uma educação especial e bilíngüe, a lei deixa explícito o reconhecimento da diversidade cultural e lingüística desses grupos minoritários.

Sem dúvida, muito ainda há o que se fazer. Uma análise mais profunda das conjunturas leva-nos a crer que a realidade proposta nos documentos oficiais está próxima do ideal, mas não do real. Há diversos estudos que revelam as mais diversas situações diglósicas que levam gradativamente as comunidades indígenas ao apagamento da língua materna, para a assumência da língua majoritária, no caso, o português.

Nosso estudo refere-se a um caso de estágio bem avançado, em que as línguas de uma comunidade indígena foram apagadas por completo. Trata-se dos índios Tapuio do Carretão, uma comunidade indígena que está localizada ao norte do Estado de Goiás, em duas glebas, situadas nos municípios de Rubiataba-GO e de Nova América-GO. Atualmente esse grupo indígena enfrenta uma forte resistência por parte dos não-índios da região em reconhecê-los como índios. Essa resistência tem como justificativa o fato de eles falarem português e não terem semelhança física com o estereótipo de índio que tem se construído pela mídia e pela escola.

As questões que se poderiam formular então seriam: o que é ser índio? O que é falar língua indígena? Um índio que aprende a falar português, deixa de ser índio? A língua portuguesa pode ser concebida como língua indígena? Pensando nessas questões, propusemo-nos a realizar, de 2007 a 2009, uma pesquisa sociolingüística interacionista na comunidade indígena tapuia com o intuito de verificar as características desse português indígena, bem como o grau de afetividade que esses falantes demonstram em relação a essa língua majoritária.

O resultado da pesquisa demonstrou que o português falado no Carretão é uma variante com características peculiares, se comparado com o português padrão, mas semelhante ao português falado pelos não-índios moradores da região do Carretão. A diferença está no olhar sobre a variação. Nossas observações levaram-nos a concluir que, ao contrário dos não-índios, os Tapuio não concebem sua variante de português como estigmatizada. Pelo contrário, reconhecem nela sua identidade lingüística indígena. E, com vistas na elaboração de políticas lingüísticas voltadas às comunidades indígenas falantes do português, este trabalho é, portanto, uma defesa do reconhecimento do Português Tapuio.

## **2- Um olhar sobre a história do Carretão**

Segundo documentos oficiais do Estado de Goiás, a história dos índios Tapuio começou a ser escrita em 1700, com a entrada de 14 bandeiras em solo goiano (cf. Salles, 1992). O objetivo dessas bandeiras, dentre outros, era o de identificar e extrair o ouro em solo goiano. A partir daí, iniciou-se em Goiás a construção de pequenas vilas, em torno das áreas auríferas que, por sua vez, impulsionou a construção de aldeamentos, justificada como uma necessidade do desenvolvimento.

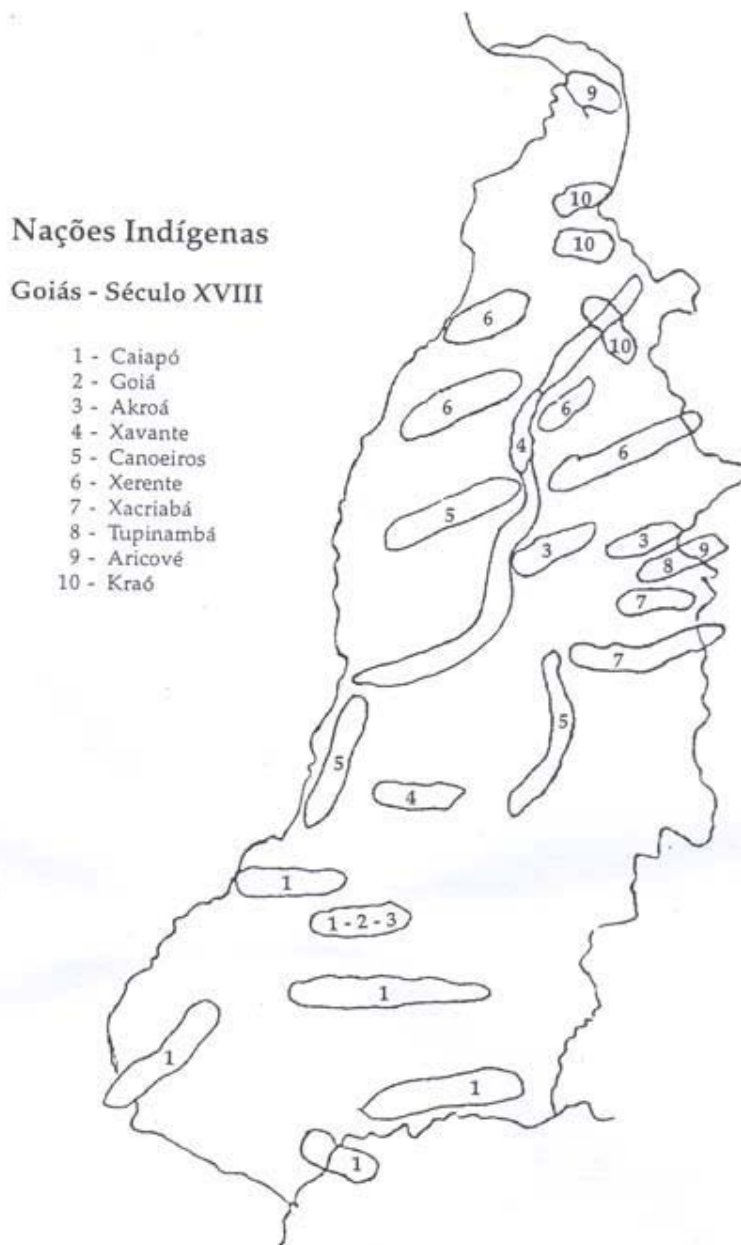
A literatura denuncia que os índios na época eram vistos como um entrave ao progresso, uma vez que ocupavam grandes áreas produtivas e não se mostravam simpáticos ao trabalho escravo nas minas de ouro. A solução para o momento foi a de agrupá-los em pequenas áreas

---

<sup>3</sup> Cf. Callou, 2003, p.114.

para que as demais fossem liberadas para atividades comerciais, como o plantio e a criação de gado.

O mapa a seguir, mostra a população indígena de Goiás no Século XVIII. Na época, o Estado de Tocantins ainda fazia parte de Goiás. Sendo assim, somente as comunidades indígenas de n. 01 a 05 é que estariam em solo goiano, se atualizado:



Fonte: Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, 1944, IBGE.

Ilustração 1: Mapa dos povos indígenas em Goiás – século XVIII

Fonte: Souza e Carneiro (1996, p. 20).

Em 1778 iniciou-se a construção do aldeamento Carretão, pelo Governador Tristão Menezes da Cunha. Para esse aldeamento foram levados três mil Xavante (cf. Karasch, 1992). Além dos Xavante, foram levados também índios Xerente, Kaiapó, Javaé e Karajá. Próximo ao Carretão, foram fundadas vilas que posteriormente se tornariam cidades, como Pilar de Goiás e Vila Boa, primeira capital de Goiás.

O agrupamento desses índios, de grupos diferentes, com línguas e costumes também distintos, às vezes rivais, levou a um extermínio de índios pelos próprios índios. Além disso, relatos históricos denunciavam que, paulatinamente, ocorreram envenenamentos e assassinatos em grandes proporções. O resultado disso, foi uma fuga dos índios para outras regiões (Mato Grosso e Tocantins, principalmente) gerando um grande esvaziamento e a decadência dos aldeamentos em Goiás.

Em princípio (século XVII), o Carretão chegou a abrigar cerca de três mil e quinhentos a cinco mil índios. Já em 1819,

Pohl (1976: 180), em visita ao Carretão, afirma que viviam na aldeia apenas 227 pessoas e tudo já se encontrava em estado de decadência. [...] Em 1824 Cunha Mattos (1979: 43), em visita ao Carretão, encontrou uma população de 119 pessoas. Segundo ele, um surto de sarampo, que acometera os colonos, tinha matado quase todos os índios. Os poucos que escaparam a esta doença fugiram para as matas.  
(apud José Neto, 2005, p. 54)

Em 1888, Frei Gil de Vilanova (apud Moura, 1994, p. 17) relata que, depois de cem anos de existência, restaram no Carretão apenas um homem e duas mulheres:

Uma ponte de madeira sobre o rio e algumas casas em ruínas, eis o que em 1888 restava da aldeia do Carretão. Um homem e duas mulheres de raça índia mais ou menos pura, eis ao que ficara reduzida sua população. Havia nos arredores alguns caboclos ou descendentes de mulheres índias casadas com negros.

Conforme pode ser percebido, após o declínio da mineração, com a abolição da escravatura e o abandono dos negros à própria sorte, sem ter condições de se estabelecerem nas cidades, muitos procuraram refúgio no aldeamento Carretão. Alguns deles construíram famílias com os índios, acrescentando mais um elemento ao processo de miscigenação.

Por fim, na década de 40 deu-se início à política da *Marcha para o Oeste* do Governo Federal. Essa política tinha como intuito

promover, dentre outras coisas, a ocupação dos vazios demográficos, com a absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão social no centro-sul do país, encaminhando-os para áreas que produziriam matérias primas e gêneros alimentícios a baixo custo, para subsidiar a implantação da industrialização no centro-sul. (Souza e Carneiro, 1996, p. 69)

O resultado foi o povoamento do interior goiano com a chegada de imigrantes, principalmente dos Estados de Minas Gerais e Bahia e a transformação do Vale do São Patrício numa região tipicamente agropastoril. A partir dessa época, houve um gradativo avanço das cercas dos grandes latifúndios nas terras que haviam sido reservadas aos índios.

Começa então uma luta entre Tapuio e fazendeiros pela posse da terra. Os índios argumentavam que, a terra fora doada pelo Estado a seus antepassados, portanto eram suas de pertencimento. Os fazendeiros se justificavam afirmando que a terra havia sido doada, no passado, aos índios e não àquele grupo “misturado” e falante de português. Tapuio não é índio e, sendo assim, não tinham direito sobre a terra, conforme afirma Sinval Caiado (apud Almeida, 2003, p. 367-368), um dos maiores fazendeiros da região:

Chamar aqueles lá de Tapuio, é o mesmo que chamar urubu de passarinho [dá uma gargalhada]. Aquela lá é uma balela, falar que aquilo lá é índio. Pode ser que há

muitos anos foram índios, que índio é esse que não tem língua? Pergunta lá qual é a língua você fala:  
- Falo português.  
- Seu avô falava alguma língua?  
- Não.  
- Seu tio falava? Seu bisavô?  
- Não.  
Então que índio é esse?

Nesse depoimento é interessante notar que o fato de os Tapuio falarem português representou um entrave em seu reconhecimento como índios “autênticos”, exercedores de direitos legítimos garantidos pela legislação brasileira. No discurso dos fazendeiros é visível a constatação de que, se falam português, não são índios, são sertanejos. Na fala dos posseiros, o que se observa é o interesse em deturpar a interpretação de língua, como meio de negar a identidade indígena. Essa visão equivocada parte do pressuposto de que a língua é uma propriedade única e exclusiva de determinado grupo de falantes. O interesse dos fazendeiros, nesse caso, é político, pois o que pretendem é, antes de tudo, negar a identificação dos Tapuio como grupo étnico coeso, por esses falarem português.

Esse argumento é contestado pelos Tapuio, que compreendem que o português, sendo sua língua materna, não anula sua identidade indígena: “Acho... o que vale é o sangue, né? (...) Num tem importância não, ter língua ou não” (C. Tapuio, 14 anos, 2007).

O comentário de C. Tapuio vem ao encontro dos argumentos defendidos pelo estudioso Márcio Silva (apud Maher, s.d.), que afirma que:

[..] a língua do índio é a língua que o índio fala e, se o que ele fala hoje é a língua portuguesa – por ter sido essa a opção que lhe foi, historicamente, dada, então o português é a língua indígena de algumas etnias. Pensar o contrário é, acredito, recusar-se a pensar. É, agarrando-se a pré-conceitos, ignorar o que o bom senso, a lógica e a ciência têm a dizer.

O mais interessante, nesse caso, é observar a grande incoerência que a sociedade não-indígena impõe à comunidade Tapuia, ao tentar lhes imputar a identidade indígena por falarem a língua portuguesa: o mesmo grupo que no passado impôs, de modo direto e indireto, essa língua, agora lhes nega a identidade por essa ser sua língua materna.

A luta pela posse da terra se estendeu até 1979, quando foi enfim delimitada pelo Ministério da Justiça o aldeamento Carretão como reserva indígena, conforme a lei de 1948. A partir de então, os fazendeiros que ocupavam a área indígena foram expulsos e os Tapuios assumiram definitivamente o controle de suas terras.

### **3- Um olhar sobre o aldeamento Carretão**

Localizada numa região serrana, a reserva indígena Carretão apresenta características físicas típicas de solo goiano: a vegetação natural é o cerrado, com árvores não muito altas e com galhos retorcidos. Trata-se de um terreno propício para o desenvolvimento da pecuária, uma vez que apresenta áreas de muitos aclives e declives. Nos poucos espaços mais planos são desenvolvidas as culturas agrícolas.

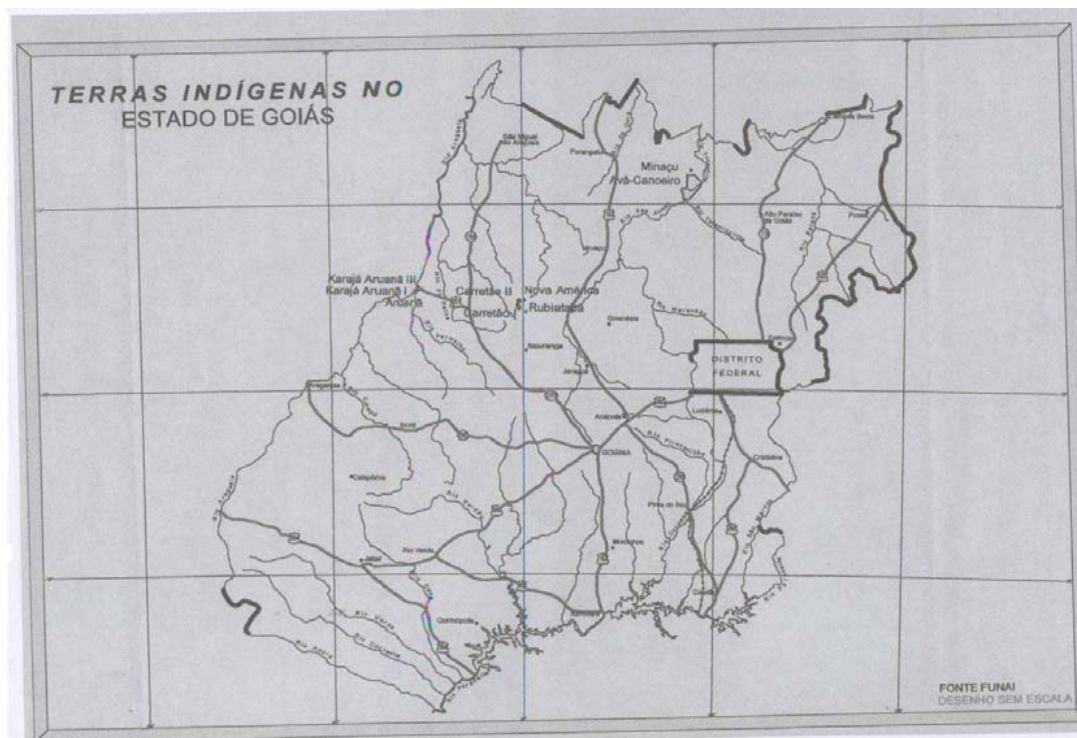


Ilustração 1: Mapa das terras indígenas em Goiás.  
Fonte: José Neto (2005, p. 41).

As casas dos Tapuio são construídas seguindo o modelo sertanejo. São distantes umas das outras, porque entre elas são desenvolvidas pequenas lavouras, em pequenas propriedades, conforme também observou Moura (1994, p. 4): “O local onde se encontra é semelhante a qualquer fazenda da região, com casas esparsas, próximas aos córregos [...]”. A área é uma reserva indígena. A terra pertence à União, mas, a título de organização, os terrenos são separados por cercas.

O Carretão atualmente conta com uma infraestrutura mantida por órgãos federais e estaduais, por meio de ajuda de custo periodicamente enviada. A comunidade conta com assistência odontológica (visita regular de dentista à comunidade), farmacêutica (posto de saúde), agrícola (verbas), dentre outras, todas elas mantidas com verbas da FUNASA/Governo Federal, com participação do Estado e do Município. Esses recursos possibilitaram que a comunidade contasse com uma infraestrutura diferente da de tempos anteriores.

A comunidade possui acesso a diversos meios de comunicação, tais como cinco emissoras de rádio (AM e FM), aproximadamente 25 canais de televisão, telefone celular, orelhão etc.

Em 2003, foi inaugurada a escola estadual indígena. Trata-se de um modelo de educação que busca trabalhar um currículo que explora o conhecimento não-indígena em interação com o conhecimento indígena. Os funcionários da escola, bem como sua clientela, são, em sua maioria, Tapuio. Atualmente, a maioria dos professores Tapuio faz o curso superior de Licenciatura Intercultural Indígena, na Universidade Federal de Goiás.

Embora haja professores Tapuio com formação superior concluída ou em curso, todos os funcionários da escola trabalham em regime de contrato temporário. Ainda não houve nenhum concurso feito pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás, com vagas específicas para índios para atender à demanda dessa comunidade. Os materiais didáticos utilizados na escola são fornecidos pelas secretarias estadual de Goiás e municipal de Rubiataba.

Atualmente, os Tapuio, com cerca de 200 índios, é o grupo indígena mais populoso dos três que ainda restam no Estado de Goiás<sup>4</sup>.

#### 4- O objeto da pesquisa: o fenômeno da monotongação

A coleta de dados para nossa pesquisa foi realizada em diversos momentos de 2007 e 2008. Nos dados foi possível constatar vários processos morfofonológicos nesta variante do português, a maioria, marcas estigmatizadas, tais como: monotongação, harmonização vocálica, assimilação, sândi, vocalização, dentre outros.

Diante deste quadro, com o fito de delimitar o objeto de estudo, selecionamos o fenômeno da monotongação, por ser um dos de maior ocorrência.

A monotongação consiste na redução de um ditongo (vogal + glide ou glide + vogal) a um monotongo (queda do elemento da posição de glide). Exemplo: [mẽ.'d̥é:j.rê] → [mẽ.'d̥é:rê] e ['lô:w.qũ] → ['lô:qũ]. Além desses casos, há também um tipo de monotongação que corresponde ao apagamento de uma consoante nasalizadora, que leva ao destravamento da sílaba, à desnasalização, à monotongação. Exemplo: ['zô:vẽ:j] → ['zô:vê].

Não apenas no caso da desnasalização, mas no caso do apagamento dos glides, pode ser percebido o destravamento da sílaba. A monotongação transforma sílabas pesadas (travadas) em sílabas leves (destravadas).

A partir dos estudos realizados por Câmara Jr. (1969) sobre a monotongação no português, podemos classificar os ditongos em dois tipos: fortes e fracos. Os fortes são os crescentes, menos suscetíveis ao processo de queda de coda; os fracos, os decrescentes, mas suscetíveis de sofrer a monotongação.

Numa observação com dados do português brasileiro em situação não-monitorada, não é difícil perceber que a monotongação é um fenômeno recorrente. Em nosso trabalho, o intuito foi o de investigar os contextos de realização desse fenômeno no português Tapuio e, por meio da análise das redes sociais, analisar as ocorrências do fenômeno e, por fim, investigar a relação de afetividade que os falantes da comunidade apresentam com esse português indígena.

#### 5- A metodologia da pesquisa

As características sociais do aldeamento Carretão são muito similares às dos outros povoamentos da região interiorana do Vale do São Patrício-GO. Embora haja uma escola indígena na comunidade do Carretão, boa parte da população não foi escolarizada e, portanto, trata-se de uma comunidade de cultura predominantemente oral. Isso também justifica o direcionamento de nosso trabalho à descrição de um aspecto da oralidade, no caso o fenômeno da monotongação.

Todos os falantes participantes da pesquisa foram informados que se tratava de uma pesquisa de cunho lingüístico, embora o fenômeno fonológico analisado não fora informado, para evitar a manipulação (in)voluntária dos dados.

Com os dados em mãos, direcionamos nossa atenção ao tratamento quantitativo e qualitativo dos mesmos. Depois de coletados e analisados, os dados foram submetidos à apreciação de dois professores Tapuio, que verificaram e os referendaram.

Os informantes foram escolhidos de acordo com as variáveis sociais apresentadas pela mobilidade social, faixa etária e sexo. Num contexto como esse, algumas variações elencadas numa análise sociolinguística, tais como *regiões geográficas, classes sociais e grupo étnico diferente, religião, local de nascimento, renda salarial*, apresentam-se como não-relevantes,

<sup>4</sup> Os outros dois grupos que ainda restam são os Avá-canoeiro de Minaçu-GO e os Karajá de Aruanã-GO.

uma vez que são todos indígenas, moradores do mesmo aldeamento e com pouca variação econômica. O cacique explicou que é uma tradição entre os Tapuio se casarem entre si e morarem ao lado dos pais. Esse comportamento é reflexo da tradição endogâmica que fora, no passado, praticada sob o pretexto de não enfraquecer o sangue indígena (ou evitar a penetração de brancos mal intencionados na disputa pela terra).

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram constituídos de três modelos de entrevista: aberta, semiestruturada e estruturada, além do teste sociolinguístico.

Para a análise quantitativa do fenômeno, utilizamos a regra de três, que pode assim ser esquematizada:

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de palavras com ocorrência do fenômeno}}{\text{N}^\circ \text{ de palavras suscetíveis de ocorrência do fenômeno}^5} \times 100$$

A análise do fenômeno fonológico da monotongação obtido nos dados, seguida de nossas observações, permitiu-nos identificar grupos diferenciados dentro da comunidade, segundo seu grau de mobilidade. Para sistematizar nossas análises, agrupamos esses falantes em redes de interação, utilizando, dessa forma, o método de *análise qualitativa de redes de comunicação social*, baseado nos estudos de Milroy (1980), Bortoni-Ricardo (1985, 2005) e Rezende Santos (2008).

## 6- Análise dos dados

Os dados da pesquisa revelam que o Carretão se caracteriza por ser uma comunidade de alta densidade com multiplicidade de relações. Boa parte de seus moradores não tem o costume de desenvolver outras atividades fora da comunidade, o que implica maior densidade das relações, pois são partilhadas, principalmente, com um grupo mais próximo e mais reduzido.

Um grupo específico de falantes merece destaque. Trata-se do grupo de professores, que possui maior mobilidade devido à condição específica de seu trabalho e ao fato de todos eles serem alunos do Curso de Licenciatura Intercultural, de formação superior indígena, da UFG. Assim, durante o curso, esses professores se deslocam da terra indígena para a capital. Lá interagem com outros professores indígenas de outros povos (Karajá, Xerente, Gavião, Krahô, Tapirapé, dentre outros), bem como com as pessoas da capital goiana, tais como alunos e professores da universidade.

Diante do quadro sociolinguístico apresentado, percebemos que o modelo de rede (Milroy, 1980; Labov, 1966) é o que consegue descrever melhor a situação sociolinguística da comunidade Tapuia do Carretão. Trabalhando com esse modelo de análise de dados, nosso primeiro passo foi detectar de quais redes de interação participam os moradores da comunidade. Para isso, utilizamos a *técnica da sociometria* ou *técnica da nomeação* (cf. Moreno, 1963; Guimarães, 1972 apud Bortoni, 1989), que nos possibilitou identificar várias redes de interação, que a título de sistematização dos estudos resumimos em três: insulada, intermediária e integrada.

O quadro a seguir, baseado em Bortoni (1989, p. 173), permite-nos visualizar, de acordo com a distribuição de papéis sociais entre os falantes, os membros que compõem as redes da comunidade indígena do Carretão:

<sup>5</sup> Leia-se: Número de palavras com ocorrência do fenômeno divididas pelo número de palavras suscetíveis de ocorrência do fenômeno vezes 100.



**Critérios analíticos**

Tipos de rede	Pressão normativa	Densidade de papéis sociais	Grupo de referência	Características do repertório verbal
Rede Insulada	Alto grau de consenso no grupo: apresenta grande resistência à mudança	Baixa densidade de papéis sociais: integração com um número limitado de pessoas	Grupo de referência: a família e os vizinhos próximos geograficamente	Focalização dialetal: acesso limitado ao código de prestígio
Rede Intermediária	Grupo oscilante: ora mantém consenso de grupo, ora é influenciado externamente	Densidade média de papéis sociais: por participar de mais eventos sociais na comunidade, interage com um número maior de pessoas.	Grupo familiar e escolar de referência	Intermediário. Tem acesso ao código de prestígio ao mesmo tempo em que convive com o vernáculo no contexto familiar
Rede Integrada	Maior exposição às influências externas	Densidade mais alta de papéis sociais: integração com diversas pessoas em contexto social e geográfico mais variado	Identificação com grupos de maior prestígio	Difusão dialetal: maior flexibilidade com relação ao controle do código e modos de falar de maior prestígio

No que se refere ao fenômeno fonológico investigado, os dados revelaram alto índice de ocorrência da monotongação nas três redes sociais analisadas. Isso leva-nos a reconhecer a monotongação como uma característica marcante do português Tapuio:

**Tabela:** Monotongação em redes – dados gerais.

Fenômeno	Rede insulada	Rede intermediária	Rede integrada
Monotongação de [j]	86,3%	97,2%	71,4%
Monotongação de [w]	100%	100%	88,8%
Monotongação por desnasalização	100%	71,4%	76,9%
Total de monotongações	95,3%	89,3%	78,3%

Após esses dados, fizemos a aplicação do teste de aceitabilidade e o resultado apresentado, obtido também por meio da aplicação da regra de três, foi de que a maioria dos Tapuio confirma nossa interpretação de que o fenômeno da monotongação é uma característica de fala da comunidade:

Rede Insulada: 58,9%

Rede Intermediária: 58,2%

Rede Integrada: 93,7%

Entretanto, mesmo tendo ciência da ocorrência do fenômeno, não foi observado esforços, por parte dos Tapuio, em monitorar suas falas, mesmo os falantes da rede integrada,

que em sua maioria são professores, exercem papel de liderança na comunidade e tem um olhar mais crítico sobre o uso da língua.

A postura desses índios falantes de português levou-nos a perceber uma valorização desse vernáculo, manifestada pela consciência no uso dessa variante. Isso ajudou-nos a perceber a relação íntima estabelecida pelo uso de português brasileiro como língua indígena, como mecanismo de manutenção da identidade linguística Tapuia, historicamente construída em contexto de multilinguismo, de submissões e de diglossia.

Segundo Pimentel da Silva (2001), diglossia refere-se a qualquer situação em que duas línguas ou variedades de uma mesma língua são utilizadas em situações distintas, seja em situação de conflito ou de relações mais simétricas. No Carretão, essa situação é percebida principalmente entre gerações, o que pode ser visualizada através das redes. As mais velhas e menos letradas (falantes de rede insulada) usam uma variedade; as mais letradas (falantes de rede integrada) usam um pouco mais a outra. E, por fim, há falantes de uma terceira rede, a intermediária. São falantes novos, escolarizados e que convivem com as duas variedades. Em casa, uma; na escola, outra que os afasta do sentimento de pertencimento, uma vez que não condiz com a usada em sua comunidade. Isso se justifica porque as gerações mais novas têm, às vezes, desejo de assumir esse português mais formal, mais prestigiado; às vezes, parece resistirem-se a ele.

É importante ressaltar que o fenômeno da monotongação por si só não pode ser considerado uma característica diatópica ou uma marca sociolinguística, uma vez que resultados semelhantes poderiam ser constatados em outras comunidades de falantes do português de Goiás e do Brasil, talvez.

Os dados e as nossas observações sinalizam para a existência, na comunidade indígena do Carretão, de um português com características locais típicas, ao qual demos o nome de “português Tapuio”. E o fenômeno da monotongação, sem dúvida, manifesta-se como uma característica marcante desse português que se apresenta como elemento de coesão e de identificação social, uma ética de solidariedade entre os falantes, uma verdadeira estratégia de sobrevivência (cf. Bortoni-Ricardo, 2005).

## **7- Considerações finais**

O resultado de nossa investigação apontam para a necessidade de que se reconheça o português Tapuio como uma língua indígena digna de reconhecimento, respeito e valorização. Não é viável que ainda se apregoe a falsa concepção de que os índios do Carretão, por não falarem uma língua de seus antepassados, são um povo sem língua indígena. Como também consideramos um equívoco impor o ensino do monolíngüe de um português padrão a um grupo que tem, numa variante monotongada do português, o resgate de uma língua indígena que lhes foi roubada. Nesse contexto, a variante padrão pode somar, mas nunca apagar o vernáculo.

A identidade linguística de um povo perpassa as políticas linguísticas. Neste sentido, defendemos uma postura que conduza a uma formação aberta às diversidades e talvez o primeiro passo seja mesmo o de permitir que os índios participem da construção dessas políticas linguísticas. Ninguém melhor do que o índio para expressar seus próprios anseios.

Na comunidade indígena Carretão encontra-se diversos professores, alguns com formação superior e outros ainda em curso. Esse potencial intelectual, fruto de conteúdos acadêmicos e da cultura local não pode ser negligenciado pelos órgãos governamentais da área educacional. É fundamental que a comunidade científica reconheça o caráter linguístico dessa variante do português para que, a partir disso, sejam propostos elaboração de materiais didáticos, desenvolvimento de técnicas e metodologias de ensino adequados ao contexto em que vivem esses índios.

Reconhecer o português monotongado do Carretão como mais uma língua indígena, entre as línguas indígenas brasileiras, é reconhecer a identidade lingüística dos índios Tapuio. Por outro lado, negar a existência desse Português Tapuio é ofuscar o brilho da língua materna desses índios; é ignorar o sentimento de pertencimento desses falantes; é negar a própria identidade Tapuia.

#### **8- Referências bibliográficas:**

Almeida, R. H. de. (Org.) Aldeamento do Carretão segundo os seus herdeiros Tapuios: conversas gravadas em 1980 e 1983. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

Bortoni, S. M. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: Tarallo, F. (Org.). Fotografias Sociolinguísticas. Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. p. 167-180. (Coleção Linguagem-crítica)

Bortoni-Ricardo, S. M. *The urbanization of rural dialect speakers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

\_\_\_\_\_, S. M. A contribuição da análise de redes ao ensino da língua materna. In Bortoni-Ricardo, S. M. Nós chegamos na escola, e agora?: sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 83-89.

Bott, E. *Family and social network*. London: Tavistock, 1957.

Callou, Dinah. Iniciação à fonética e à fonologia / Dinah Callou e Yonne Leite. 9. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

Câmara JR., J. M. Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

\_\_\_\_\_. Problemas de lingüística descritiva. Petrópolis: Vozes, 1969.

\_\_\_\_\_. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1970.

\_\_\_\_\_. Problemas de lingüística descritiva. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

José Neto, J. Jovens Tapuio do Carretão: processos educativos de reconstrução da identidade indígena. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

Karasch, M. Catequese e cativoiro – política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: Cunha, M. C. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras/FAPESP/SMC, 1992. p. 397-412.

Labov, W. *The effect of social mobility on linguistic behavior*. *Sociological Inquiry* 36: 186-203, 1966.

Maher, T. M. Caderno de textos do Programa de Capacitação em Educação Escolar Indígena para Técnicos Governamentais. Português é Língua de Índio. Brasília: MEC, s. d.

\_\_\_\_\_. Sendo índio em português. In: Signorini, I. (Org.). Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 1998. p. 21-45.

Milroy, L. *Language and social networks*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

\_\_\_\_\_, L.; Gordon, M. *Sociolinguistics: method and interpretation*. Oxford: England, 2006.

Moreno, J. *Who shall survive? Foundations of sociometry, Group Psychotherapy and sociodrama*. New York: Beacon House, 1963.

Moura, M. C. O. O processo de aculturação dos Tapuias do Carretão. s.f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Ciências Humanas de Strasbourg, Strasbourg, França, 1994.

Pimentel Da Silva, M. S. A situação sociolinguística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2001.

Rezende Santos, T. F. A mudança adjetivo/nome > Nome/adjetivo e o conservadorismo da fala rural goiana. 2008. 180f. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Rocha, L. M. O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

Salles, G. V. F. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

Silva, C. T. Borges, Belino e Bento: a fala ritual entre os tapuios de Goiás. São Paulo: Annablume, 2002. Originalmente apresentada como Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2001.

Souza, C.; Carneiro, M. E. F. Retrospectiva histórica de Goiás: da colonização à atualidade. Goiânia: Livraria Cultura Goiana, 1996.

Trindade, I. E. O fenômeno da monotongação no português Tapuio. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2009.